

Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos

FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Açu, RN, Brasil

MARISA NARCIZO SAMPAIO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil

RESUMO

O texto discute a experiência de alfabetização com jovens e adultos conhecida como “As 40 horas de Angicos” (RN), que completou cinquenta anos em abril de 2013. O artigo é fruto do trabalho do Núcleo de Referência em História e Memória da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular no Rio Grande do Norte, realizando um reencontro com as memórias dessa experiência político-pedagógica por meio da voz de alguns de seus protagonistas, aqui denominados coautores, que rememoraram contextos, propostas e práticas pedagógicas vivenciadas e experienciadas por eles naquele período. Entrevistas com treze desses coautores foram realizadas em 2012 e 2013, e a impressão que causaram aos pesquisadores, no processo de fazer emergir a memória daquele tempo, foi a de que, para além da alfabetização, a força que mantém essa experiência viva reside na capacidade de colocar em prática princípios freirianos inovadores ainda hoje, como a relação pedagógica entre sujeitos cognoscentes.

PALAVRAS-CHAVE

educação de jovens e adultos; memória; 40 horas de Angicos.

FIFTIETH ANNIVERSARY OF “ANGICOS’ 40 HOURS”: THE STORY, FRESH IN THE MEMORY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION

ABSTRACT

This paper discusses the experience of youth and adults alphabetizing known as “The 40 hours of Angicos” (RN) that celebrated its fiftieth anniversary in April 2013. It is a product of the work of the Center for Excellence in History and Memory of the Youth and Adult Education and Popular Education in Rio Grande do Norte. The idea is to unite the stories of this pedagogical and political experience through the voices of some of its co-authors that remembered contexts, projects and teaching practices experienced by them during that period. Interviews with thirteen of these co-authors were conducted in 2012 and 2013 and made the researchers think that, beyond alphabetizing, the power that keeps this experience alive is the ability to put into practice Paulo Freire’s principles, like the pedagogical relationship between knowing subjects that are considered innovative until today.

KEYWORDS

youth and adult education; memory; Angicos’ 40 hours.

CINCUENTENARIO DE LAS “40 HORAS DE ANGICOS”: MEMORIA PRESENTE EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

RESUMEN

El texto discute la experiencia de alfabetización de jóvenes y adultos conocida como “As 40 horas de Angicos” (RN), que cumplió cincuenta años en abril de 2013. Este artículo es fruto del trabajo del Núcleo de Referência em História e Memória da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular no Rio Grande do Norte y pretende ser un reencuentro con los recuerdos de esta experiencia político-pedagógica mediante las voces de algunos de sus protagonistas, aquí denominados “coautores”. Se realizaron entrevistas con trece de esos coautores en 2012 y 2013 en las cuales rememoraron contextos, propuestas y prácticas pedagógicas vividas y experimentadas por ellos en aquel período. En este proceso de recuperación de la memoria, los investigadores tuvieron la impresión de que la fuerza de esta experiencia –más allá de la alfabetización en sí misma– fue su capacidad de colocar en práctica principios de Paulo Freire (como la relación pedagógica entre sujetos cognoscentes), aún hoy innovadores.

PALABRAS CLAVE

educación de jóvenes y adultos; memoria; 40 horas de Angicos.

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

FREIRE, 1987, p. 184

As “40 horas de Angicos”, experiência de alfabetização com jovens e adultos no sertão nordestino, é atualmente uma das mais revisitadas por estudiosos, pesquisadores e educadores¹ vinculados às concepções democratizantes e emancipatórias de educação. Nunca em tão pouco tempo se vivenciou/criou/reinventou uma proposta de alfabetização que reunisse desejo político, vontade pedagógica e realidade objetiva e subjetiva com um grupo de pessoas que até então não disponibilizava desse recurso tecnológico da sociedade letrada – os sistemas alfabéticos. Essa experiência, embora ocorrida em um curto período de tempo, esteve, desde seu princípio, carregada de muitas significações, e se intensificou em outros espaços/lugares, para além da pacata cidade nordestina de Angicos. Sua importância política e epistemológica ganha contornos de uma filosofia da educação genuinamente brasileira, com o conjunto da obra de seu idealizador, o pernambucano Paulo Freire (1921-1997). O que hoje sabemos/estudamos/interpretamos e criticamente denominamos de pensamento freiriano foi intensamente colocado em prática com trezentos homens e mulheres, trabalhadores nordestinos, sob a orientação de um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), coordenado pelo próprio Freire.

A experiência das “40 horas de Angicos” não é unicamente uma projeção didático-metodológica que, por força das circunstâncias sociais, obteve êxito. Se assim fosse, teríamos uma memória fragilizada e/ou pouco lembrada por todos nós, educadores brasileiros e internacionais, e, contrariamente, essa experiência, após cinquenta anos, não continuaria provocando referências, visitas e lembranças as mais diversas e diferentes possíveis. A proposta educativa empreendida por Freire nessa experiência dilacerou os moldes operacionais de alfabetização convencionados na época, o que até hoje é referência para projetos de alfabetização, escolarização e formação de pessoas jovens e adultas em todo o território brasileiro e em outros países. Mas, tratar dessa experiência, além do dito nos textos teorizados que circulam nos meios acadêmicos na atualidade, é poder embrenhar-se na atividade de rememoração, participando de dentro, por dentro e desde dentro (Freire, 1982) no/do lugar onde se materializou o ideário: Angicos, cidade brejeira, onde a cigarra zine no pingo do meio-dia, em uma temperatura de mais de 40 graus, e na qual residem muitos dos educandos que efetivamente fizeram parte dessa história de emancipação. Freire e toda sua equipe contribuíram, por meio de um projeto de alfabetização comprometido com uma classe menos favorecida, para que Severino, Francisca, Paulo, Maria, Luzia, Valdice, Idália e tantos outros pudessem, sem amarras, falar e escrever a vida de outros jeitos, do lugar de quem pensa, e não somente é pensado.

1 Reconhecemos e defendemos a necessidade de garantir a igualdade de gênero, porém aqui optamos por usar apenas a forma masculina para dar maior fluidez ao texto.

A ideia original deste artigo² foi a de presentificar a experiência, partindo do lugar e dos homens e mulheres que hoje bem mais experienciados e de vista curta – como costumeiramente se diz no Nordeste para os mais idosos –, em sua maioria, ainda falam/dizem da alegria de ter aprendido a ler e escrever por meio dessa experiência.

Dos lugares ordinários onde habitavam e ainda habitam homens e mulheres alfabetizados em quarenta horas ecoam vozes inusitadas, prenhes de vida verdadeira e, contrariamente aos cânones dos moldes de investigar a realidade, trazêmo-las como “primeiras”, compreendendo que só falamos, significativamente, daquilo que conhecemos. Os coordenadores e educandos das “40 horas”, após cinquenta anos, seguem representando a memória viva da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nosso país, com base nos princípios freirianos. Esses sujeitos autodenominam-se coautores dessa experiência.

O artigo, assim, propõe-se a fazer uma releitura da experiência, ou, por que não dizer, uma leitura de *um mundo* no qual, em quarenta horas, foi possível alfabetizar, subvertendo a lógica e o estreitamento de métodos, concepções e relações hegemônicas da educação. Relembrar os cinquenta anos dessa experiência não é apenas um marco histórico, mas sim uma necessidade social e educativa urgente de enfrentamento ao analfabetismo e baixa escolaridade de nossos jovens e adultos, ainda hoje. Acreditamos que os princípios que orientaram as “40 horas” podem ainda suscitar em nós esse desejo, vontade e necessidade de marchas, lutas, criações de ações de alfabetização, escolarização e educação libertadoras.

“Falar com” foi o “espírito” que encarnamos para contar aqui o que foi esse trabalho cinquentenário que produziu tanta influência no pensamento pedagógico, em estudos, pesquisas, teses, dissertações, tanto “falar sobre”. Para isso tivemos como companheiros os autodenominados coautores, protagonistas daquele momento, que encontramos durante o trabalho de tessitura de um mosaico que realizamos no Núcleo de Referência em História e Memória da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular no Rio Grande do Norte (NUHMEJA).

Propusemos um reencontro com as memórias dessa experiência político-pedagógica de alfabetização que, com sua comemoração cinquentenária, contribui para situar Paulo Freire em seu lugar de direito no cenário da educação brasileira, muitas vezes negado ou ignorado, por preconceito e/ou desconhecimento. Para Angicos estavam previstas apenas quarentas horas de alfabetização inicial, mas essa experiência foi considerada por Freire como oportunidade de ampliar a proposta de um sistema educativo que começava na alfabetização e incluía outros níveis. Por essa proposta, e pelo conjunto de sua obra, passou a ser reconhecido mundialmente como educador que critica a educação tradicional e propõe sua transformação, baseada nos princípios da valorização do conhecimento dos educandos e do diálogo como forma de relação entre as pessoas. Dessa maneira, a experiência consiste em um marco do pensamento freiriano e insere-se no contexto histórico dos anos 1950-

2 O artigo original foi encomendado pelo Grupo de Trabalho Educação de Pessoas Jovens e Adultas (GT-18), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), para a 36ª Reunião Anual, realizada em final de setembro e início de outubro de 2013, em Goiânia, na Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Samambaia.

-1960 de mobilizações populares sociais, políticas e culturais, tendo o Nordeste do país como cenário, uma das regiões politicamente mais efervescentes à época, e também de muita limitação em relação a processos de alfabetização e escolarização, especialmente de pessoas jovens e adultas. Reencontrar homens e mulheres, coordenadores dos círculos de cultura, e educandas e suas muitas memórias tecidas com o pensador brasileiro é no mínimo engravidar-se, como o próprio Freire afirma em sua obra, de novos desejos emancipatórios, do desejo de igualdade social e de produção de existência digna.

Trataremos dessa história usando (no sentido cereteuniano) a memória desses coautores, rememorando por meio da voz de seus praticantes os contextos, espaços/tempos/lugares, propostas e práticas anunciadoras de um projeto de educação libertador e emancipatório. O texto está organizado de maneira que apresenta inicialmente a origem e o contexto de elaboração do trabalho, seguido da caracterização da conjuntura histórica e geográfica (cidade de Angicos) em que a experiência acontece. Contamos, também, quem são os aqui chamados coautores dessa experiência e discutimos seu cotidiano pedagógico com base em suas próprias narrativas. Por fim, apresentamos os desdobramentos e as repercussões desse movimento.

OS PESQUISADORES E OS LUGARES/ESPAÇOS/TEMPOS DAS PESQUISAS NO CONTEXTO DO NUHMEJA

O NUHMEJA surgiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no segundo semestre de 2010 por estímulo da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), e em parceria com a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), visando a contribuir para a reconstituição da trajetória da EJA e da educação popular no estado, possibilitando recuperar e divulgar seu legado histórico nos diversos âmbitos da esfera social e educacional. O NUHMEJA associava-se, assim, ao esforço nacional que várias universidades faziam, após a proposta apresentada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) à SECAD, de recuperação da memória dispersa da EJA e da educação popular em todo o país. Para isso, recolhemos materiais didáticos, vídeos, documentos, fotografias, produções científicas e de divulgação para digitalização; registramos em áudio e vídeo fragmentos da memória em narrativas orais das pessoas que participaram ou registraram a história da EJA e da educação popular; organizamos e disponibilizamos, por meio de página eletrônica,³ esses materiais, documentos, depoimentos que registram a história da EJA e da educação popular no Rio Grande do Norte, contribuindo para a preservação da memória e para a fruição, difusão e utilização mais ampla do conhecimento científico e cultural desse campo, com a intenção de atingir uma quantidade maior de pessoas interessadas nessa temática. Com o material levantado, organizado e disponibilizado por nós,

3 Disponível em: <www.nuhmeja.ce.ufrn/nuhmeja>. Acesso em: 15 out. 2013.

pretendíamos também favorecer e viabilizar pesquisas e estudos sobre a educação e, particularmente, sobre a EJA e a educação popular.

Vimos optando por um enfoque metodológico baseado no paradigma indiciário (Ginzburg, 1989), que nos ajuda a construir a organização dos materiais e depoimentos coletados para a página eletrônica, partindo da ideia de que, com os fragmentos produzidos, conseguimos constituir um mosaico a ser utilizado por outros pesquisadores. Ginzburg (*idem*, p. 179) nos ensina a viver nosso “ofício de conhecedor” na medida em que, nos fragmentos das memórias narradas, percebemos sinais que nos ajudam a ler o meio em que estamos inseridos e o cenário dos acontecimentos.

O trabalho do núcleo tem-se pautado na ideia de dar voz aos sujeitos dessas experiências, e neste artigo faremos um diálogo com eles, contaremos o que aprendemos conversando com eles. As peças do mosaico que aqui trazemos foram produzidas com base nas falas dos protagonistas e coautores da experiência, gravadas na casa dos participantes no segundo semestre de 2012, no caso das educandas, e no primeiro semestre de 2013, no caso de coordenadores de círculos de cultura, seguindo um roteiro aberto, previamente definido pelo grupo e com a participação de distintos membros do NUHMEJA. Entrevistamos, ainda, Francisco Alves da Costa Sobrinho, pesquisador do núcleo, jornalista e militante político e cultural em Natal desde aqueles tempos. Além das entrevistas, consideramos também para a elaboração deste trabalho o discurso proferido pela coordenadora de círculo Valquíria Félix Silva e a palestra ministrada pelo também coordenador de círculo Marcos Guerra durante as comemorações do cinquentenário da experiência.

As entrevistas foram feitas com as então alunas da experiência, Francisca de França Germano, Idália Marrocos da Silva, Luzia de Andrade, Maria Eneide de Araújo Melo, Maria Luzia da Silva Andrade, Maria Miranda Gomes, Maria Pequena de Souza, Valdice Ivonete da Costa Santos, Zélia Irene da Silva, e com o coordenador de círculos de cultura Pedro Neves Cavalcante e as coordenadoras Lenira Leite Matos da Costa, Rosali Maria Liberato Cavalcante e Dilma Ferreira Lima. Pedro e Rosali, noivos em 1963 e hoje casados, foram entrevistados juntos na varanda de sua casa em Natal. As entrevistas que realizamos seguiram uma dinâmica menos rígida e controlada de perguntas e respostas, pois tentamos empreender o que Thompson (1992, p. 255) descreve como “uma ‘conversa’ livre em que a ‘pessoa’, o ‘portador-de-tradição’, a ‘testemunha’, ou o ‘narrador’ é ‘convidado a falar’ sobre um assunto de interesse comum”.

Os roteiros elaborados funcionaram como orientadores do diálogo, levantando tópicos que considerávamos importantes que os entrevistados abordassem, deixando-os à vontade para que ordenassem e dessem destaque ao que julgassem mais conveniente. Com o estudo de Thompson (*idem*) entendemos que quanto menos a narrativa for moldada pelas perguntas do entrevistador, melhor, mas também que a entrevista completamente livre não deve existir. Por isso, explicávamos o objetivo da conversa e tínhamos como pergunta inicial o pedido que contassem como essa experiência entrou na vida deles. Outros temas que levantávamos referiam-se ao contexto político-social da época, ao cotidiano pedagógico da experiência e de como ela marcou a vida de cada um.

Todos os entrevistados, por meio de suas narrativas, apontam para a coerência político-pedagógica adotada por Freire, a fim de alfabetizar para a consciência e existência de homens e mulheres no mundo e com o mundo. Observamos que tanto as educandas como os coordenadores dos círculos, cada um a seu modo singular, destaca a *leitura de mundo* como o primeiro momento de articulação do processo de alfabetização.

Percebemos nas memórias dos sujeitos com quem conversamos um forte atravessamento da memória coletiva (Halbwachs, 1990) quando os indivíduos incorporam os conhecimentos sobre sua comunidade e seu espaço social e, dessa maneira, compreendem seu desenvolvimento no contexto histórico. Os saberes constituídos pela memória sociocultural não são apenas recordações, mas uma fusão de experiências na retomada de uma memória social comunitária que permite aos seus integrantes conceberem-se como parte de uma sociedade que se transforma em conjunto. A memória social é um marco que estabelece um vínculo com o passado, como lugar de passagem obrigatório de toda reflexão sobre nossa relação com o tempo e o conhecimento e a possibilidade de construção do futuro (*idem, ibidem*). Pensamos que nosso papel de pesquisadores e organizadores das descobertas no núcleo é registrar essas memórias individuais para compartilhá-las com a sociedade, de maneira que elas também passem a constituir o que é a memória coletiva a respeito da EJA e da educação popular, muitas vezes formada por discursos oficiais que não ouviram seus praticantes.

Recuperar e avivar a memória não nos serve para ficar no passado, pensando no que passou, mas para ressaltar sua importância na constituição do que somos hoje e para fazer a ponte com o presente e com o futuro, ensinando-nos e contribuindo com nossas produções atuais (Le Goff, 1996).

CONTEXTOS EMANCIPATÓRIOS: SUBVERSÕES E INTENÇÕES DE UMA PROPOSTA EDUCATIVA AFINADA COM SEU TEMPO

O Rio Grande do Norte foi um campo fértil de iniciativas da EJA e educação popular já a partir dos anos 1940. O chamado Movimento de Natal,⁴ da Igreja católica, impulsionou organizações populares e ações sociais em diferentes áreas, contribuindo para a mobilização de vários setores, principalmente o da juventude, na luta por melhores condições de vida. O estado fervilhava, mas não era o único,

4 Assim ficou conhecido um conjunto de ações da Igreja católica realizadas entre os anos de 1930 e 1960, compostas de incentivo ao cooperativismo; imprensa; tentativas de organização do caos urbano provocado em Natal pela saída do exército estadunidense após a Segunda Guerra; criação do Serviço de Assistência Rural (SAR); organização de grupos juvenis conforme metodologia francesa/belga: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Estudantil), JIC (Independente), JOC (Operária), JUC (Universitária); escolas radiofônicas; MEB (alfabetização); entre outras (Lucena, 2012). O Movimento de Natal, que fora liderado por D. Eugênio Sales, também defendia a sindicalização dos trabalhadores do campo, tentando evitar que as forças de esquerda liderassem essa ação, como vinha acontecendo em outros estados da região (Azevêdo, 2013).

nem os acontecimentos davam-se apenas pela ação da Igreja católica. Muitas outras iniciativas eram realizadas por militantes e simpatizantes do Partido Comunista e suas ramificações; por estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e das uniões estaduais, centros acadêmicos de diversas faculdades, movimentos sindicais e de educação e cultura popular (Silva, 2013). O contexto sociopolítico do final dos anos 1950 e início de 1960, de embates sobre os rumos do país, contribuiu para o aguçamento de mobilizações sociais, lutas e reivindicações, entre elas a da expansão de uma educação voltada para as camadas populares. Estava posta a necessidade de se “politizar” a defesa do direito de todos à educação, mobilizando a sociedade nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se experimentavam propostas pedagógicas e metodológicas permeadas desse sentimento democrático e de superação das desigualdades sociais. Nesse caldo cultural e político, mergulhado nesse ambiente em que ocorriam experiências pioneiras, no campo do que mais tarde convencionou-se chamar educação popular e que, ainda hoje, inspiram as práticas pedagógicas mais progressistas da educação, insere-se o pensamento de Paulo Freire.

O mundo vivia os tempos da Guerra Fria, a forte contraposição entre o “bloco imperialista” liderado pelos Estados Unidos, em plena expansão dominadora, e o chamado “bloco socialista”, liderado pela então União Soviética, com a participação também da China de Mao Tsé-Tung. Havia ainda os ecos da revolução cubana e logo a invasão desse país, o bloqueio econômico, social e cultural etc. A disputa de poder era também uma disputa econômica em que a América Latina configurava-se como objeto de cobiça. As grandes potências precisavam expandir seus mercados e, no Brasil, isso vinha acontecendo principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que chegou à Presidência da República com a bandeira de fazer “cinquenta anos em cinco”, pregando a modernização social e econômica, tentando inserir o Brasil no cenário internacional, pela via do capitalismo. O impulso desenvolvimentista gerou também oposições, as contradições da sociedade começaram a se aguçar, os movimentos sociais organizavam-se e pronunciavam-se a fim de propor uma sociedade menos desigual, que beneficiasse toda a população e fosse cada vez mais democrática.

A campanha presidencial de 1960 expressa a polarização da sociedade brasileira em duas forças opostas: União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nela, Natal manteve a tradição que a fez conhecida como “Moscouzinha” (porque na década de 1930 os comunistas depuseram o governo e assumiram o estado durante três dias), elegendo a chapa completa do PTB, derrotada em nível nacional e considerada mais à esquerda (Costa Sobrinho, 2013).

Em contraposição, Natal também tinha sido o “trampolim da vitória”, cidade de localização estratégica que sediou as tropas estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial, em razão de um acordo com o então presidente, Getúlio Vargas. Durante esse período, a cidade cresceu rapidamente em construções (bases militares do Exército, Marinha e Aeronáutica presentes até hoje) e população (soldados estadunidenses, artistas de Hollywood que vinham entreter as tropas e migrantes do interior).

Entre “Moscouzinha” e “trampolim da vitória”, na década de 1960 Natal tinha, na vida política, dois líderes. De um lado, Aluizio Alves (governador nascido

em Angicos em cujo governo Paulo Freire coordenou a experiência de alfabetização), eleito em 1960, rompendo com uma oligarquia comandada pelo antigo governador Dinarte Mariz. De outro, Djalma Maranhão, prefeito de Natal que representava as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira de luta contra o Estado Novo e o fascismo. Nas eleições para governador previstas, e que não aconteceram por causa da ditadura militar, esses dois líderes se enfrentariam como opositores. Ao propor o projeto de alfabetização, o governador Aluísio Alves tinha a intenção, também, de confrontar-se com o prefeito de Natal, que ganhava força e espaço com seu trabalho na área de educação por meio da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada em 1961, tendo como secretário da Educação o professor Moacyr de Góes e a participação popular. A campanha vinha sendo ampliada para o interior do estado do Rio Grande do Norte, em parceria com diversas prefeituras. Angicos era uma cidade com alto índice de analfabetismo, como tantas outras do interior potiguar e do Nordeste, mas era a cidade natal do governador.

O projeto desenvolvimentista de Aluísio Alves concretizava-se com o planejamento das ações governamentais e contratação de técnicos de diversas áreas. Para a educação é convidado, então, o jornalista Francisco Calazans Fernandes, com a missão de introduzir um programa para a educação que, entre outras ações, previa a alfabetização de cem mil adultos no estado. Foi Calazans Fernandes quem convidou Paulo Freire para realizar esse trabalho grandioso para a época, valendo-se de contatos em Pernambuco que relatavam o trabalho que Freire e a equipe do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vinham realizando em projetos-piloto de alfabetização.

O montante de recursos enviado pela Aliança para o Progresso⁵ para financiar esse projeto era equivalente a um ano de arrecadação do governo. Para driblar o impedimento de uma contratação direta do estado a uma agência que aportava recursos externos, foi criado o Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN), uma autarquia dirigida pelo secretário de Educação que passou a ser o órgão responsável pela operacionalização das “40 horas de Angicos”.

Para iniciar o programa, a proposta era realizar uma experiência de alfabetização em quarenta horas, em Angicos, coordenada por Freire, que aproveitou a oportunidade para ampliar o público atendido pela sua proposição político-pedagógica, mesmo que sob o financiamento do programa norte-americano Aliança para o Progresso. Ele exigiu e obteve, por parte do governador, a garantia de que não haveria interferência político-ideológica dos políticos locais (da região de Angicos) e da própria Aliança para o Progresso.

Quando a experiência aconteceu, a realidade geográfica, política, econômica, cultural e educacional em Angicos era árida e pouco desenvolvida, infelizmente

5 A Aliança para o Progresso foi o principal programa de política externa dos Estados Unidos no início da década de 1960, principalmente na América Latina e no Brasil, por sua importância geopolítica. O programa, que oferecia “cooperação” econômica e atenção aos problemas socioeconômicos da região, foi usado como forma de enfrentamento do que se considerava a “ameaça comunista” dos movimentos sociais brasileiros (Pereira, 2007).

não muito diferente do que é hoje. No ano de 1960, segundo recenseamento geral registrado por Lyra (1996), a cidade tinha aproximadamente 9.542 habitantes, e essa população dispunha de apenas dois grupos escolares. Nesse período, o número de analfabetos, segundo Lobo (1963), era de aproximadamente 75% da população local.

Localizada a 156 quilômetros da capital do Rio Grande do Norte, a cidade de Angicos registra 11.549 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Predominantemente rural, a população sobrevive da agricultura e pesca, mas tem outras fontes de renda, tais como serviços de comércio e em instituições públicas. Situada em uma região bastante quente, seus moradores conhecem bem a escassez de água e dos produtos primários dela derivados. No aspecto referente à educação, o município dispõe atualmente de uma escola com ensino médio, pertencente à rede estadual, e oito de ensino fundamental, sendo três da rede estadual e cinco municipais. No ensino superior, a cidade conta com a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Embora iniciativas tenham sido tomadas ao longo desses cinquenta anos, o município ainda apresenta 26,5% de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais, segundo estudo do Observatório da Educação do Rio Grande do Norte que mostra como o problema foi enfrentado no período entre 1991 e 2010. Ainda em 2010, segundo o Censo do IBGE, 54,14% das pessoas com 10 anos ou mais de idade foram caracterizadas como sem instrução e com ensino fundamental incompleto.

O legado freiriano em Angicos é a grande lembrança de uma invenção da esperança. Angicos foi a cidade – terreno fértil – em que Paulo Freire praticou e aprimorou o que tinha idealizado, e base para reflexões e produções futuras. Foi também o lugar onde Freire encontrou seu povo, suas raízes. Todo e qualquer educador que tenha de algum modo corrido os olhos na pedagogia freiriana saberá dessa sua experiência. Essa é a lembrança a qual estamos, amorosamente, denominando de invenção da esperança. Invenção no sentido de tornar visível o que não se vê, de romper e estilhaçar configurações políticas e culturais de espaços gangrenados por modelos tradicionalistas de sociedade, de ser humano e de educação. Acreditamos que Freire, tomado pelo sentimento de pertencimento a uma região entregue aos caprichos de oligarquias político-partidaristas, inquietou-se a ponto de parir, junto com seus pares, essa experiência.

O sentimento de Freire em relação à cidade foi descrito por ele quando recebeu o título de cidadão angicano nas comemorações dos trinta anos da experiência das “40 horas”: “em nenhum lugar do mundo em que estive me senti mais tocado do que aqui e agora”, frase que hoje, fixada no portal da cidade de Angicos, recebe a todos os que lá entram.

COORDENADORES, COORDENADORAS E EDUCANDAS: SUJEITOS SINGULARES

Na perspectiva que estamos adotando de visibilizar homens e mulheres coautores dessa experiência, apresentamos na sequência nossas compreensões de quem são e como agiram essas pessoas.

COORDENADORES E COORDENADORAS DOS CÍRCULOS DE CULTURA: JOVENS APRENDIZES ANDARILHOS DA CULTURA SERTANEJA

O ano de 1963 representou um marco histórico para a educação brasileira, por ter articulado política e pedagogicamente a alfabetização de jovens e adultos com base nas concepções educacionais de Paulo Freire, e sob sua orientação. De acordo com depoimentos dos coordenadores e coordenadoras dos círculos de cultura, foi possível perceber a abrangência política e a qualidade metodológica empreendida no esforço de alfabetizar jovens e adultos em um pequeno espaço de tempo.

Em nosso entendimento, aqueles estudantes, naquelas circunstâncias, são, com Freire, aprendizes, andarilhos da cultura sertaneja. Jovens universitários embrenharam-se na realidade subjetiva e objetiva de Angicos e do analfabetismo predominante, aprendendo com aquelas vozes, com pessoas, seus estilos, culturas, limitações econômicas, linguagens próprias e compreensões de mundo. As aprendizagens ocorriam simultaneamente entre os jovens universitários e os homens e mulheres em processo inicial de alfabetização. Se, por um lado, os jovens coordenadores aprendiam a exercer sua cidadania, educando, dialogando com um mundo real diferente em grande parte de seu próprio e das teorias acadêmicas, de outro, tínhamos jovens educandos e educandas também existenciados no mundo, contudo sem o processo de letramento alfabético, tão necessário à sua sertania. Freire não pensou e realizou o projeto sozinho. Seus sonhos eram tão corajosos que vocacionou outros tantos jovens a assumirem com ele o desafio.

No discurso de agradecimento à homenagem recebida na forma de título de cidadã angicana nas comemorações dos cinquenta anos das “40 horas”, a desembargadora aposentada e coordenadora de círculo de cultura Valquíria Félix Silva, na época estudante de direito, descrevia os coordenadores dos círculos de cultura como:

[...] jovens universitários [...] movidos por um forte idealismo que se revestia não só de boa vontade ou de teoria, mas, sobretudo, de capacidade para gerar ações conscientes, instigadoras e consequentes, apressados que éramos pelo muito que se tinha para ser, pensar e fazer. (Silva, 2013, p. 2)

Ouvir palestras e discursos desses jovens de então, agora bastante maduros, e conversar com eles nos revelou alguns indícios de que essa descrição não pode ser tomada como única para todos. Eram sim, em grande maioria, estudantes da UFRN que foram convidados para essa participação por Marcos Guerra, liderança do movimento estudantil na Faculdade de Direito da UFRN e filho do diretor dessa faculdade, Otto Guerra, também ligado a Calazans Fernandes, secretário de Estado de Educação. Porém, suas narrativas ajudam-nos a perceber a multiplicidade e a singularidade desses sujeitos que se engajaram voluntariamente nessa tarefa por motivos diversos. Um estudante secundarista e vinte de vários cursos universitários (farmácia, pedagogia, direito, serviço social, odontologia, filosofia), os jovens engajaram-se por seu envolvimento político e por idealismo, com a esperança de contribuir para profundas mudanças na sociedade, mas também por relações afetivas de amizade e namoro, como nos contaram as coordenadoras Lenira Leite e Rosali Cavalcante.

Independentemente do motivo que os levou à experiência, todos os que se apresentaram participaram, sem seleção, pela vontade e disponibilidade para o curso de formação inicial de dez aulas, ministrado por Paulo Freire e sua equipe do SEC, realizado no espaço da Faculdade de Direito da UFRN. Freire dava orientações gerais dos princípios que regiam a proposta e da realidade brasileira em suas contradições, dificuldades e ebulição da época. Depois dele, a professora mais lembrada pelos coordenadores entrevistados foi Aurenice Cardoso Costa, que tratou dos caminhos metodológicos de ensino, das etapas do método e da elaboração de material audiovisual. Outros professores ministraram aulas sobre cultura e economia brasileiras e planificação do desenvolvimento.

Para a maioria, a participação nessa experiência foi uma lição de vida e oportunidade de muitas aprendizagens. Contam essa história com envolvimento pessoal e compromisso forjado na formação que tiveram, no próprio processo educativo e na convivência com os companheiros e com os alunos e alunas. É certo que se tornaram mais que companheiros, amigos, cúmplices, que tiveram suas vidas marcadas pela participação nessa experiência, pessoas que se colocaram como aprendizes, com Paulo Freire, da sua simplicidade, da sua maneira de conduzir o processo, de se relacionar com as surpresas e imprevistos, tomando-as como contribuição da prática para engravidar a teoria e modificá-la. Consideram-se também aprendizes com os educandos sobre a vida e sobre seus processos de aprendizagem.

O trabalho em Angicos terminou um ano antes do golpe militar que instalou a ditadura no Brasil em abril de 1964, mas os coautores das “40 horas” continuaram atuando em seus desdobramentos (sobre os quais trataremos mais adiante). Dos entrevistados, apenas Lenira e Rosali voltaram a Natal para sua rotina estudantil anterior. Por isso, podemos dizer que, para esses coordenadores, a experiência das “40 horas” terminou com um sentimento de impotência e silenciamento traduzido na canção de Chico Buarque de Hollanda (1968): “Tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente, ou foi o mundo então que cresceu, a gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar, mas eis que chega a roda vida e carrega a saudade pra lá [...]”. Constrangidos diante dos fatos, seus destinos separaram-se, alguns se tornaram profissionais que desenvolveram suas carreiras; Marcos Guerra foi inicialmente preso e depois exilado na Bélgica; o próprio Freire também foi exilado, acusado de subversão à ordem, de incitar revoluções na população por meio da educação. Silva (2013) assim descreve esse momento:

Mas, e nós do grupo? O que nos aconteceu? Fomos obrigatoriamente separados, mais que isso, orientados para nos distanciar, não nos ver, não nos falar. Seria isso possível? Até quando? Alguns companheiros foram presos, um deles, Marcos, exilado, o próprio Paulo Freire teve que deixar o país. Foi uma súbita e temerosa mudança, verdadeiro terremoto em nossos mundos. Recolhemo-nos e procuramos reorientar nossas vidas. Estudamos, concluímos os cursos escolhidos, tomamos direção, rumo, continuamos e aqui estamos, são e salvos.

Os materiais utilizados por eles e pelos alfabetizandos foram queimados, enterrados sem deixar qualquer vestígio, a fim de não comprometer a integridade

física dos participantes. A pressão foi tão intensa que muitos desses materiais desapareceram pelas mãos dos próprios praticantes da experiência. Apenas Carlos Lyra conseguiu guardar registros do trabalho, que muito depois (1996) transformou no livro *As 40 horas de Angicos*, no qual conta que foi o irmão de sua madrastra quem emprestou o sótão de sua casa para esconder o material. Espalhou-se entre os coordenadores das “40 horas” – não muito diferente do que acontecera em todo o Brasil – um sentimento de impotência, sentimento que por sinal prevaleceu mesmo com o fim do regime militar. Ainda ressabiados, os coordenadores afirmavam não terem lembrança de muita coisa, criando verdadeiros escudos em relação a essa vivência. Somente depois, com a redemocratização do país na década de 1980, é que muitas dessas pessoas voltaram a se encontrar e começaram a falar a respeito do que praticaram.

HOMENS E MULHERES: ALFABETIZANDOS E ALFABETIZANDAS DAS QUARENTA HORAS DA ESPERANÇA

A história social do Brasil é marcada por uma relação de classes e uma cultura acentuada pelos interesses políticos e econômicos capitalistas e que inferioriza grupos, pessoas e regiões. Esse cenário é fruto, em parte, do processo de colonização e das formas segregadoras de formação humana impostas por esse processo. Simultaneamente a essas investidas hegemônicas, muitas pessoas, grupos, regiões e comunidades foram constituindo outras formas de existência, driblando com as táticas cotidianas (Certeau, 2011) as imposições feitas de cima para baixo e de fora para dentro. Homens e mulheres que trazem uma vida tecida na resistência e nos inusitamentos elaboram com muita dificuldade suas formas de ser/estar no mundo e acreditam sempre na possibilidade de dias melhores, lutam por uma vida mais digna e menos controlada pela hegemonia de um pequeno grupo político-econômico.

Os homens e mulheres da cidade de Angicos que participaram do processo de alfabetização/politização nas quarenta horas, inseridos em um espaço geográfico pouco privilegiado de água e, ainda menos, dos direitos que lhes são pertinentes constitucionalmente, no encontro com os coordenadores e com os princípios da proposta de alfabetização, perceberam a possibilidade de “águas” – abundância e necessidade de matar a sede de anos de repressão à sua possibilidade coletiva e crítica de pensar suas realidades. Alfabetizar-se, para essas pessoas, extrapolou as concepções de aprender, de escola e de educação formal que conheciam (Germano, 2012; Gomes, 2012). Nunca ninguém tinha chegado até eles, em seus lugares de alegrias, tristezas e vivências para dialogar a respeito de seus desejos e necessidades (Souza, 2012; Santos, 2012). Diferentemente do paternalismo com o qual estavam acostumados, esses homens e mulheres, como alunos, sentiram-se respeitados em suas singularidades. Alguns até resistiram, afirmando ser impossível alfabetizar-se, porque era como “tirar leite de pedra” (expressão muito comum na região), mas logo percebiam que se tratava de um diálogo entre pessoas, saberes e culturas, e não um monólogo fechado, estranho e pouco útil em suas vidas.

Ainda no discurso proferido nas comemorações alusivas ao cinquentenário das “40 horas” em Angicos, a desembargadora Valquíria Félix Silva também se

lembrou dos versos do poema *O analfabeto*, do poeta potiguar Zé Praxedis, escrito para os educandos das “40 horas” e trabalhado com eles na última aula (Lyra, 1996).

Patrãozin se assente aqui, nesta raiz de aroeira
Para ouvir a triste história de Zé Vicente Ferreira
Esta história, seu moço, é muito triste, patrão
Tem a tristeza do touro que berra cheirando o chão
No lugar que derramaram o sangue do seu irmão
E a razão dessa tristeza eu posso até lhe dizer
É porque meus oio tem luz, mas a luz num dá pra ver
O segredo das escritas, com tanta letra bonita
Do povo que sabe ler.
(Praxedis *apud* Silva, 2013)

É uma história versada em mais de vinte estrofes que os coordenadores dos círculos de cultura usaram também para despertar o interesse de possíveis alunos nas ruas, praças e sítios do município de Angicos (Silva, 2013). Com esses versos conseguiam chamar a atenção de muitos moradores, porque são palavras que retratavam sua vida, uma realidade bem conhecida por eles. São homens e mulheres que se percebem, assim, da forma como os versos descrevem, os que hoje se orgulham de ser personagens dessa história comum. Homens e mulheres unidos pela dureza do trabalho na agricultura, para o patrão e para a subsistência, porém, sujeitos singulares, cada um com sua história.

As nove mulheres que entrevistamos contaram sua trajetória de agricultoras, pobres, marcadas ainda mais pela condição de ser mulher no interior do Nordeste, pois, além de não terem o direito de frequentar a escola pela falta dela ou pelo excesso de trabalho desde cedo, também não tinham esse direito por serem mulheres. Essa condição marca especialmente uma das entrevistadas, que, filha de fazendeiro, nos conta que não foi à escola por escolha da própria mãe, para não aprender a escrever para o namorado: “[...] lá tinha uma escola de uma tia minha e era num tempo que os pais não botavam as filhas para estudar, pra não aprender a ler e escrever para os namorados” (Souza, 2012).

Contudo, esse não se constitui um fator inusitado no processo de alfabetização de jovens e adultos, pois sabemos da herança histórica machista em que fomos educados. Porém não é o fato histórico por si só, aqui representado na fala de Maria Pequena de Souza, enquanto anúncio e denúncia de uma realidade, que irá inquietar o educador Paulo Freire, bem como os coordenadores dos círculos de cultura. É, sim, o modo como problematiza historicamente a negação do direito à vida e, nesse caso, à educação. Por isso mesmo, é propositor de um sistema de educação que tenta abarcar todas essas conjeturas pessoais e coletivas. É da leitura do universo particular de cada homem/mulher singularizado que todos (idealizador, coordenadores) vão ocupar-se filosófica e pedagogicamente ao desenvolver o processo de alfabetização com pessoas jovens e adultas na cidade de Angicos em apenas quarenta horas.

[...] e foram de casa em casa para fazer o levantamento do número de analfabetos, para conversar com eles, saber o que eles utilizavam no cotidiano, no dia a dia, as palavras mais importantes. Palavras do trabalho, da família, da cozinha, da casa [...] o interessante do método era a valorização deles como pessoa. (Cavalcante, P., 2013; Cavalcante, R., 2013)

O contato direto, horizontalizado, que os coordenadores mantinham com os possíveis alfabetizando em suas comunidades promovia o reencontro de homens e mulheres com sua história social. Por isso, segundo Pedro e Rosali Cavalcante (*idem*), os educandos não se sentiam estranhos nos círculos de cultura. Percebemos no depoimento dos coordenadores mencionados que, no levantamento do universo vocabular, não se tratava de uma empiria por ela mesma, mas sim de um diálogo esperançoso que os homens e mulheres mantinham entre si e assumiam a condição de gente. Conforme nos disse a educanda Francisca de França Germano (2012): “[...] ela [a professora] escrevia no quadro PO – VO! Eu não sabia o que era povo. Eu não sabia se era povo, aprendi na escola de Paulo Freire”.

Essa prática dialógica caracterizará a relação de *ensino-aprendizagem* na experiência das “40 horas”. O diálogo foi provocado pelo encontro entre seres humanos diversos, favorecendo o aparecimento do que mais tarde seria chamado de “temas geradores”. Os temas não chegaram até as pessoas e também não estavam lá, adormecidos, foram inventados no/com o diálogo nos cotidianos.

A interlocução com as alfabetizandas das “40 horas”, após cinquenta anos da experiência, permitiu-nos compreendê-las melhor pelo lugar onde vivenciaram o movimento. São pessoas de um cotidiano muito desprovido de questões básicas de sobrevivência, tais como atendimento público de saúde, saneamento básico, moradia digna e tantas outras, muito importantes para a qualidade de vida. O que ainda é muito comum observarmos em suas falas é a capacidade da alegria e da esperança, a utopia em como pensam a vida e o mundo, com a mesma intensidade como pensaram no período da experiência. Algumas delas, com idade já bastante avançada, como é o caso de D. Idália (83 anos), demonstram uma disposição de vida e disponibilidade de participação, de fato, bastante ativa. Constatamos essa disponibilidade quando afirmavam que, mesmo com a idade que tinham (todas acima de 66 anos), realizavam suas atividades sociais, como ir à missa, ao banco; outras costuravam, cuidavam dos serviços de casa e realçavam o fato de que sempre trabalharam e pretendiam continuar dirigindo suas vidas. Embora muitas das entrevistadas atestassem a continuidade dos estudos em outros níveis de ensino após as quarenta horas, a educação básica continuou sendo uma realidade não alcançada.

OS COTIDIANOS PEDAGÓGICOS DA EXPERIÊNCIA

Há cinquenta anos, cerca de trezentas pessoas passaram a estar na condição de alfabetizadas em Angicos. O movimento que deu origem a essa mudança de condições começou há cinquenta e um anos, com as negociações para a realização da experiência e a ida dos primeiros participantes a Angicos, no final de 1962. Para uma rápida síntese, podemos resumir os acontecimentos dizendo que, em

novembro daquele mesmo ano chegou à cidade de Angicos um pequeno grupo de estudantes da UFRN e de profissionais do SEC, para levantar o universo vocabular e divulgar a proposta de alfabetização, tendo por lá permanecido com essa tarefa até dezembro do mesmo ano. Nesse mesmo período, matrículas já eram realizadas. Em janeiro de 1963, o grupo completo de coordenadores de círculos de cultura participou da formação com Paulo Freire e sua equipe na Faculdade de Direito da UFRN, e retornou à cidade precisamente no dia 18 para a aula inaugural, à qual se seguiu um período de espera dos materiais e equipamentos a serem utilizados durante as aulas. Segundo Lyra (1996), essa espera gerou na cidade e nos alunos um sentimento de descrença em relação à efetivação do trabalho proposto e divulgado. Porém, logo no dia 24 de janeiro houve a primeira aula, a chamada “aula de cultura”, em que se discutiram temas relacionados à realidade e à cultura local. Quatro dias depois, em 28 de janeiro, foi apresentada em cada círculo de cultura a primeira palavra geradora – *belota* –, iniciando o processo de conhecimento e entendimento do sistema alfabético. Ao final do trabalho, em março, foram aplicados dois testes: de alfabetização e de politização. Segundo Lyra (*idem*), os testes foram elaborados pelos próprios coordenadores com base em um modelo levado pelos técnicos do SEC e seus resultados alcançaram média superior a 70% de aproveitamento. Essa etapa, porém, não apareceu na memória dos participantes que entrevistamos. Em 16 de março, um sábado, foi realizada a última aula, e no dia 2 de abril, a cerimônia de encerramento, que contou com a presença do governador do estado do Rio Grande do Norte Aluizio Alves, do presidente da República João Goulart, de Paulo Freire e de outras autoridades.

A partir do levantamento do universo vocabular para a seleção das palavras geradoras, feito pelo primeiro grupo de coordenadores dos círculos de cultura, em finais de 1962, com acompanhamento da equipe de Paulo Freire, iniciava-se a primeira etapa do método, que subsidiaria a elaboração do material didático (*slides*, desenhos, fichas com famílias de sílabas), ao mesmo tempo em que se divulgava o projeto de alfabetização para adultos. O grupo chegado a Angicos foi assim acolhido: as moças, hospedadas no Colégio das Freiras; os rapazes, por serem em menor número, na casa do padre. Nesse trabalho inicial, saíram pelas ruas, a pé ou com um carro de som em diversos bairros da cidade. Segundo Valquíria Félix Silva (2013, p. 4):

Entrávamos de casa em casa, dávamo-nos a conhecer, abraçávamos as pessoas com sinceridade, ríamos, ouvíamos e contávamos histórias, e haja conversa... Assim, fomos ganhando confiança. Sim, porque no início a desconfiança era quase que geral, porque eles mesmos diziam “de esmola grande o cego desconfia”, e vencer a resistência do caboclo desconfiado é difícil, porquanto estavam calejadados de promessas, de enganações e de uma verdade que se repetia há muito tempo, que “pobre só é lembrado em época de eleição”.

Foram identificadas cerca de 410 palavras, das quais foram escolhidas dezesseis para o trabalho nas quarenta horas. A primeira, *belota*, denomina os enfeites das redes e dos utensílios dos vaqueiros. Antes, porém, da introdução, discussão e início da leitura e da escrita das palavras, o processo iniciava-se com a problematiza-

ção da leitura de mundo na “aula de cultura”, com a utilização de fichas que continham desenhos de aspectos da cultura local e ainda sem palavras escritas, que tinham o objetivo de provocar o debate visando ao entendimento de que somos todos sujeitos de cultura, todos produtores de conhecimentos.

Paralelamente às aulas, todos os dias os coordenadores dos círculos reuniam-se para discutir e trocar experiências. Passavam toda a manhã avaliando a aula da noite anterior, debatendo os desafios e pensando em como superá-los. As tardes eram dedicadas ao planejamento da aula da noite e, nesse movimento, iam reinventando a teoria e o método, criando novos *slides* e novas formas de mediar a leitura dos alunos (Cavalcante, R., 2013). Em alguns desses dias de intenso trabalho e discussão, tiveram a presença de Paulo Freire.

Os coordenadores, nas entrevistas e nas palestras por alguns deles proferidas, são unânimes ao destacar esse momento de trabalho coletivo, tomado pelo diálogo e a reflexão sobre a prática, como fundamental para o desenvolvimento do processo de alfabetização, de suas aprendizagens e do aprimoramento da prática e da teoria. Nesse contexto, efetivava-se a tão desejada relação *teoriaprática*.⁶ Segundo Marcos Guerra (2013):

[...] como todos nós que fomos coordenadores e alunos ao mesmo tempo nas Quarenta Horas, nós fomos os coautores das *40 horas*. Nós partimos de uma teoria do Paulo, nós em alguns momentos aprendemos com a teoria do Paulo, em outros momentos nossa prática questionou a teoria do Paulo, a nossa prática aperfeiçoou a teoria do Paulo, a nossa prática obrigou Paulo a rever alguns itens, não só Paulo, mas toda a equipe do centro.

Paulo Freire é descrito pelos coordenadores dos círculos como pessoa simples, gentil, respeitosa, que se fascinava com as descobertas que eles faziam na prática e com as mudanças que essas descobertas provocavam. Os coordenadores lembram-se dele como orientador, mas também aprendiz que se deixava tocar pelo processo e refletia e repensava a teoria com base na prática realizada. Era pessoa de diálogo, que conversava com aqueles estudantes universitários sobre sua proposta político-filosófica e metodológica, que fazia dialogar teoria e prática. Segundo Valquíria Félix Silva (2013, p. 6):

Íamos agregando formas, ilustradas por sugestões e ocorrências que registrávamos. Nas ocasiões em que Paulo Freire nos visitava, vibrava com as nossas descobertas, vendo-nos como parceiros de sua criação. Sua alegria aumentava o nosso entusiasmo, porque ele próprio era o entusiasmo personificado e um multiplicador de amizades.

O processo de alfabetização envolvia o princípio antropológico da humanização, embora coexistisse a relação linguística e tantas outras. Contudo, o que se dá

6 O uso dessa grafia, aprendida com a professora Nilda Alves, expressa o entendimento de que teoria e prática são indissociáveis.

a perceber pelos depoimentos das estudantes e coordenadores extrapola a estreita compreensão de um método de alfabetização e da dicotomização da relação hierárquica professor-aluno, ensino-aprendizagem, alfabetizado-analfabeto. Alfabetizar nessa perspectiva envolveria, segundo Freire, o diálogo, que seria logo mediatizado pela palavra de cada ser humano encarnado *no e com* o mundo. “Se é dizendo a palavra com que, ‘pronunciando’ o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens” (Freire, 1987, p. 79).

Nas entrevistas que realizamos com educandas das “40 horas”, percebemos que os princípios freirianos eram mais notados na relação pedagógica. Estão muito fortes na memória delas as relações estabelecidas com coordenadores e coordenadoras, a ideia de uma prática pedagógica diferente da tradicional, o diálogo, as palavras de seu universo. Embora a organização física das salas de aula não fosse, necessariamente, em círculos, o diálogo estava presente, e o conhecimento circulava. Os coordenadores dos círculos, orientados pelos princípios pedagógicos democratizantes e libertadores, dialogavam com a realidade angicana, especialmente aquela em que os trabalhadores estavam diretamente imersos. É recorrente observarmos nos depoimentos das educandas e dos coordenadores que os círculos aconteciam na própria comunidade, em ambientes comuns em suas relações sociais. Essas salas de aula funcionavam em espaços cedidos, em casas de moradores, entre eles fazendeiros, em posto de saúde e na delegacia. A maior parte de nossas entrevistadas participou do círculo no bairro Alto da Alegria.

Os momentos de trabalho anteriormente descritos eram também momentos de criação, a partir da reflexão sobre as práticas pedagógicas cotidianas desenvolvidas pelos coordenadores. Durante as aulas, ao enfrentar os desafios da prática, tentando superar dificuldades do processo de alfabetização, os coordenadores iam produzindo novas formas de intervenção pedagógica que, discutidas no coletivo, eram apropriadas por todos para suas turmas. Em seus depoimentos, eles se referem: (a) à produção, em papel vegetal, de novas fichas a serem projetadas para dar conta de novas palavras e discussões que iam surgindo. A produção desses novos materiais tinha a contribuição decisiva de Carlos Lyra, responsável pelos registros fotográficos do trabalho, que sempre tinha disposição e habilidade para os trabalhos manuais (Cavalcante, R., 2013); (b) ao uso da constituição brasileira nas aulas para subsidiar a discussão de questões políticas relacionadas aos direitos dos cidadãos (Lima, 2013); (c) à elaboração de cartas para outros alunos e para os políticos que viriam à solenidade de encerramento da experiência (Lima, 2013; Germano, 2012); (d) à comparação entre sílabas e tijolos para facilitar a compreensão da formação das palavras de acordo com o método silábico utilizado. Em uma de suas aulas, a coordenadora Dilma fez essa comparação, relacionando a organização das sílabas com a disposição dos tijolos em uma construção, e das letras como meio tijolo. Esse procedimento foi adotado em todos os círculos de cultura (Lima, 2013).

Nos depoimentos de todos os coordenadores de círculos de cultura estava presente a lembrança da preocupação que tinham com a aprendizagem dos alunos, do zelo e do esforço que faziam diariamente nesses momentos de discussão

coletiva e durante as aulas para que todos aprendessem e avançassem. Era nítido o compromisso com aquele projeto político, pedagógico e pessoal.

Outro acontecimento destacado pelos coordenadores entrevistados foi a evasão de alunos a partir do início da época das chuvas, em março de 1963. Em uma região na qual as pessoas sobrevivem da agricultura, e sendo os alunos trabalhadores do campo, a chegada das chuvas trouxe a oportunidade de trabalho e fez com que alguns preferissem “encher a barriga” a “matar a fome da cabeça”, para usar as expressões de Carlos Lyra (1996).

Ao mesmo tempo, segundo Lima (2013), muitos alunos pediram o aumento da carga horária das aulas nesse momento final. Por isso, o horário de saída passou a ser às 21h30min, e não mais às 21h, e passaram a ter aulas também aos sábados. O pedido era motivado pela necessidade que sentiam de mais oportunidades de aprendizagem. Nas entrevistas com as alunas, elas reafirmaram essa necessidade, expressando sempre a vontade de que o processo tivesse maior tempo de duração. Durante nossas conversas com elas, percebemos que muito do que foi vivenciado ficou guardado na memória, carregada de muitas saudades e alegrias, de sentimentos que denunciam a ausência e urgência de políticas de alfabetização com essa envergadura.

Ao conversar com elas, tivemos a impressão de que, para além da alfabetização, a força dessa experiência esteve na capacidade de colocar em prática os princípios freirianos inovadores, como a relação pedagógica que, ainda hoje, pode-se dizer inovadora. Isso porque muitos princípios freirianos não são, ainda hoje, largamente usados como orientadores das práticas pedagógicas: teoria em permanente construção, em função e a serviço da prática; outra relação pedagógica, dialogada, mais horizontal; sujeitos, seu conhecimento e sua cultura como protagonistas; educação como projeto de sociedade.

DESDOBRAMENTOS DA EXPERIÊNCIA

O sucesso e o reconhecimento da experiência em Angicos geraram muitas outras experiências no Rio Grande do Norte, no Brasil e mundo afora. Os locais e os planos nacionais foram interrompidos pela ditadura instalada a partir do golpe militar de abril de 1964, e os projetos internacionais nasceram, talvez, justamente por isso, em razão do exílio de Paulo Freire.

No âmbito local, desde o início já estava previsto no contrato com a Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Norte a realização de novas turmas de alfabetização de adultos no interior do estado (Caicó, Mossoró, Macau) e em Natal. Chegaram a concretizar-se no município de Mossoró e no bairro natalense das Quintas, a partir de maio 1963 (Lyra, 1996). Esta última, talvez a menos conhecida, da qual quase nenhum registro restou, deu continuidade à experiência de Angicos e teve como consequência prática a criação da Associação de Moradores das Quintas, em setembro de 1963, após o término das quarenta horas de alfabetização. A experiência foi também organizada pelo SECERN e seu setor de alfabetização de adultos, cumprindo as mesmas etapas do processo realizado em Angicos: coordenadores de círculos estudantes universitários (muitos se apresentaram

após o conhecido sucesso de Angicos); a formação dada por Paulo Freire e seu grupo de Recife; pesquisa do perfil socioeconômico e do universo vocabular; trabalho com fichas para discutir o conceito de cultura; alfabetização por meio da politização; aplicação do teste de alfabetização e do teste de politização.

Além da introdução de novas turmas no estado, diretamente coordenadas por Paulo Freire e sua equipe, as propostas freirianas influenciaram outro famoso movimento de educação popular acontecido no Rio Grande do Norte, já mencionado: a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. No início dos trabalhos de alfabetização de adultos na campanha, houve inspiração no ideário de Freire, na tentativa de realizar um processo de aprendizagem que levasse ao questionamento, e não à pura contemplação da realidade, e baseava-se no método de pesquisa do universo vocabular, com um olhar voltado para o aluno como sujeito cognoscente. A professora Maria Diva de Lucena, vice-coordenadora da campanha, foi a Recife fazer um curso no Movimento de Cultura Popular (MCP), que visava à elaboração de uma cartilha de alfabetização, nos moldes da utilizada por esse movimento, incorporando, por exemplo, palavras mais usadas em Natal. Havia inspiração freiriana relacionada à pesquisa e adequação do universo vocabular, mas não era a mesma proposta de alfabetização usada em Angicos, porque nesta não estava previsto o uso de cartilha e não se partia de fonemas.

Com a vinda de Freire para a experiência de Angicos, a influência de suas propostas na campanha “De pé no chão também se aprende a ler” torna-se direta e mostra seu aspecto mais visível: o curso de formação realizado pelo próprio Paulo Freire em Natal, a fim de preparar os coordenadores para o processo de alfabetização em Angicos, teve a participação de um professor da campanha e, após isso, foram criados círculos de cultura da campanha nos bairros das Rocas e Nova Descoberta, em 1963. Esses círculos de cultura contemplavam cerca de trinta alunos cada um, com faixa etária acima de 30 anos de idade, e funcionavam de segunda a sexta-feira no período noturno, com sessões de aproximadamente uma hora. O professor Josemá Azevedo, que participou da formação ministrada por Paulo Freire e coordenou o trabalho dos círculos de cultura em Natal, nos contou:

[...] na realidade, a gente chamava de círculo de cultura porque não era aula propriamente assim de alfabetização, era uma coisa mais ampla, né? Onde a gente discutia alguns temas. Claro que a gente tinha a parte de aprendizagem da língua propriamente dita, da alfabetização, da escrita etc., mas tinha aquelas outras atividades. (Azevedo, 2011)

Em nível nacional, são conhecidas experiências realizadas ou apenas iniciadas em Sergipe, Brasília e Rio de Janeiro, e muitas outras, informalmente, foram praticadas ainda em São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Paulo Freire foi convidado a integrar a equipe do MEC e desenvolver o Plano Nacional de Alfabetização, aprovado em janeiro de 1964. Antes mesmo dessa aprovação, ainda em caráter experimental, foram colocados em prática círculos de cultura em cidades-satélites de Brasília, para os quais foram elaborados novos materiais e *slides* com palavras geradoras diferentes das de Angicos. Segundo Fávero (2000), o Plano Nacional começaria a ser colocado

em prática na Baixada Fluminense, e a primeira etapa do método (pesquisa) foi efetivada ainda no final de 1963, porém o trabalho dos círculos não foi iniciado, já que o regime militar tomou o poder antes e teve como um de seus primeiros atos a extinção do plano.

No caso de Sergipe, uma pequena parte do grupo que foi a Angicos iniciou, em março de 1964, o trabalho de aproximação com a comunidade e levantamento do universo vocabular, a convite de D. Nivaldo Monte, que era de Natal e estava como bispo auxiliar em Aracaju. Em uma manhã, foram surpreendidos com a notícia de que “a revolução estava na rua” (Cavalcante, P., 2013) e que deveriam ir embora.

Valquíria Félix Silva, no já mencionado discurso na Câmara de Vereadores de Angicos, citou palavras de Paulo Freire em uma entrevista de 1993 que talvez resumam o alcance e a importância dessa experiência para ele mesmo e para o mundo: “Angicos não mudou o mundo, mas marcou. No futuro próximo, Angicos será compreendido como o ponto de transformação da educação brasileira. Aqui vivi meu aprendizado da relação teoria e prática que mudaria a minha trajetória profissional” (Freire, 1993 *apud* Silva, 2013, p. 9).

Para fechar esta nossa contribuição ao debate sobre essa experiência educativa que encanta e intriga até hoje, e pensando no que nos interpela como Núcleo de História e Memória, cremos que as palavras aqui enunciadas encontram a voz de muitos outros pesquisadores e educadores, que de um modo ou de outro tentaram, assim como nós, aproximar-se das “40 horas de Angicos” e com elas aprender e problematizar seu saber e seu fazer. Voltar mais uma vez à experiência, cinquenta anos depois, pode imprimir nos tempos atuais as marcas daquele vivido que suscitam outras leituras, fazeres, querer, olhares e dizeres educativos. Cinquenta anos de Angicos é, sem dúvida, uma memória presente, que pode contribuir com o estatuto epistemológico, político, pedagógico da EJA e da educação popular.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. A. *50 anos de Angicos e desafios atuais*. [Mensagem pessoal recebida por <marisamns@gmail.com> em 30 jun. 2013]. Natal, 2013.
- BUARQUE DE HOLLANDA, C. *Roda viva*. Intérprete: Chico Buarque. In: _____. *Chico Buarque de Hollanda*. São Paulo: RGE, 1968. LP. Faixa 6, v. 3.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FÁVERO, O. Paulo Freire: primeiros tempos. In: VENTORIM, S.; PIRES, M. F.; OLIVEIRA, E. C. (Orgs.). *Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador*. Vitória: Editora UFES, 2000. p. 159-179.
- FREIRE, P. Educação, o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *O educador, vida e morte*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIZNSBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUERRA, M. J. C. *As 40 horas de Angicos: vítimas da Guerra Fria?* Palestra proferida na Universidade Federal Rural do Semiárido, 2 abr. 2013.

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- LOBO, L. *As quarenta horas de Angicos*. Roteiro do filme. Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte. Natal, 1963.
- LUCENA, J. *Doutrina social da Igreja*. Palestra proferida na Livraria Paulus. Natal, 25 ago. 2012.
- LYRA, C. *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PEREIRA, H. A. A. R. Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo, ANPUH, 2007. Disponível em: <www.anpuh.org>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- SILVA, V. F. Discurso de agradecimento como representante dos coordenadores de círculos de cultura nas *40 horas de Angicos*. Angicos, RN, 3 abr. 2013. Disponível em: <<http://nuhmeja.ce.ufrn.br/nuhmeja/>>. Acesso em: 15 out. 2013.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS

- ANDRADE, L. *Luzia de Andrade*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.
- ANDRADE, M. L. S. *Maria Luzia da Silva Andrade*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.
- AZEVEDO, J. *Josemá Azevedo*: depoimento [9 set. 2011]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2011.
- CAVALCANTE, P. N. *Pedro Neves Cavalcante*: depoimento [17 jun. 2013]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2013.
- CAVALCANTE, R. M. L. *Rosali Maria Liberato Cavalcante*: depoimento [17 jun. 2013]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2013.
- COSTA, L. L. M. *Lenira Leite Matos Costa*: depoimento [13 jun. 2013]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2013.
- GERMANO, F. F. *Francisca de França Germano*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.
- GOMES, M. M. *Maria Miranda Gomes*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.
- LIMA, D. F. *Dilma Ferreira Lima*: depoimento [10 jul. 2013]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2013.
- MELO, M. E. A. *Maria Eneide de Araújo Melo*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.
- SANTOS, V. I. C. *Valdice Ivonete da Costa Santos*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.

SILVA, I. M. *Idália Marrocos da Silva*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.

SILVA, Z. I. *Zélia Irene da Silva*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.

SOBRINHO, F. A. C. *Francisco Alves da Costa Sobrinho*: depoimento [12 mar. 2013]. Entrevistadores: NUHMEJA. Natal: 2013.

SOUZA, M. P. *Maria Pequena de Souza*: depoimento [25 set. 2012]. Entrevistadores: NUHMEJA. Angicos: 2012.

SOBRE OS AUTORES

FRANCISCO CANINDÉ DA SILVA é doutorando em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: caninprof@hotmail.com

MARISA NARCIZO SAMPAIO é doutora em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: marisamns@gmail.com

Recebido em fevereiro de 2014
Aprovado em setembro de 2014